

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

THE LUDIC IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND PARTICIPATION OF SOCIAL SERVICE

JOSIANE RODRIGUES DOS SANTOS*
GERCELEY PACCOLA MINETTO**

RESUMO

A presente pesquisa tem como finalidade evidenciar a importância das atividades lúdicas na vida e no desenvolvimento das potencialidades humanas das crianças do ensino infantil, realizado no período de fevereiro a setembro de dois mil e treze, junto a Creche e Berçário Jamile Haddad Maluf, no município de Piratininga / SP. Os resultados apontam que o lúdico proporciona condições adequadas ao desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social das crianças, no entanto, é entendido como aquele desenvolvido através de espaço físico e materiais de apoio, essa foi a maior dificuldade encontrada na operacionalização. E a contribuição do profissional de Serviço Social no âmbito educacional é que este além de mediador no processo de ensino e aprendizagem, é um facilitador da intervenção junto as crianças e famílias nas questões cotidianas. Portanto, através do lúdico podem-se ter condições adequadas de interação entre alunos, professores e pais, sejam com encaminhamentos, orientações, informações, projetos de cunho educativo que possam promover a cidadania, ações e projetos voltados para as crianças e famílias.

Palavras-chave: Lúdico. Educação Infantil. Serviço Social.

* Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob orientação da Professora Mestra Maria Dvanil D'Ávila Calobrizi.

** Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1982) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professora da graduação e pós-graduação do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino.

ABSTRAT

This study has the purpose to show the importance of ludic activities in the life and development of the human potential of children at childhood education, done between February and September of two thousand and thirteen at the childcare and baby nursery Jamile Haddad Maluf, in the town of Piratininga / SP. The results show that the ludic provides appropriate conditions for physical, motor, emotional, cognitive and social development of children, but, understood as that developed through physical space and material support, that was the bigger difficulty to do this. The professional contribution of Social Work in the education is beyond mediator in the process of teaching and learning, is a facilitator in interventions of children and families in everyday issues. So, by the ludic it can have proper conditions for interaction between students, teachers and parents Be by referrals, orientations, information, educational projects that can promote citizenship, actions and projects for children and families.

Keywords: Ludic. Childhood education. Social work.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui em um estudo sobre a presença do lúdico e a participação do Serviço Social no cotidiano da educação infantil, no âmbito de uma creche, realidade que trata da educação infantil.

Ressalta-se que a ludicidade é um processo de aprendizagem no desenvolvimento infantil, uma vez que são exercidos em determinados momentos do cotidiano da criança, podendo lhes proporcionar experiências que poderão lhes possibilitar a conquista da formação identidade.

As atividades lúdicas são definidas como alegres e descontraídas, dando à criança a possibilidade de agir e interagir no seu mundo e expressar-se com maior facilidade de ouvir, respeitar e discordar de opiniões, tornando-se ótimas oportunidades para introdução de novas habilidades e conhecimentos.

Para Oliveira (2002, p. 160) a brincadeira:

Favorece o equilíbrio afetivo da criança e contribui para o processo de apropriação de signos sociais. Cria condições para uma transformação significativa da consciência infantil, por exigir das crianças formas mais complexa de relacionamento com o mundo.

Então, a brincadeira é uma atividade que deve fazer parte da vida da criança. O trabalho do Serviço Social na instituição caracteriza-se em um trabalho interdisciplinar na elaboração e execução de serviços, que vem atender às necessidades da população usuária, de acordo com a demanda apresentada. Ressalta-se que o Serviço Social intervém nas expressões da questão social, como o atendimento da população de mães/pais e filhos, proporcionando um ambiente construtivo de renovação de vida, na busca de superação dos estigmas e de seus direitos como cidadãos.

Portanto, a importância do Serviço Social na instituição está no desvendamento da função significativa de identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, culturais e econômicos que interferem no processo educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito e como elemento importante à cidadania e como cooperador das atividades lúdicas junto às crianças, além de executar a política da Assistência Social básica, respaldado pelo Projeto Ético Político da própria profissão, consolidados em seus

pilares de sustentação, ou seja, o Código de Ética Profissional e a Lei de regulamentação da profissão, o qual prescreve normas para o comportamento do assistente social, embasado em seus onze princípios essenciais para atuação profissional, pois concretiza a prática de forma eficiente, criando estratégias para o enfrentamento das demandas emergentes.

Mediante tais considerações, como estagiária de Serviço Social na Creche e Berçário Jamile Haddad Maluf, no município de Piratininga, surge o interesse em querer identificar como o lúdico pode fazer a diferença na vida intelectual das crianças usuárias da creche, assim como, perceber as relações cognitivas e afetivas da interação lúdica.

Tal estudo tem significativa importância para o Serviço Social, em especial, quando atua junto à educação infantil, em creches, pois poderá se apropriar do lúdico como mediador das relações sociais, uma vez que dá à criança a possibilidade de agir e interagir em seu mundo, além de expressar-se com maior facilidade como ouvir, respeitar e discordar de opiniões, o que também influenciará em seu processo de ensino e aprendizagem.

Este estudo se apresenta em três itens, tendo como referencial teórico a educação infantil e o desenvolvimento do lúdico como estratégia de interação social e desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, bem como o Serviço Social como uma profissão interventiva e proativa, que coopera neste processo de desenvolvimento da criança e na operacionalização da política da Assistência Social, junto às famílias dos educandos. Em seguida se tem a metodologia da pesquisa, bem como os resultados com suas respectivas análises, as quais possibilitaram, finalmente, se chegar às conclusões.

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESTA RELAÇÃO

Para se falar do lúdico na educação infantil, primeiramente, há que se visitar o significado de educação, perpassando por uma breve retrospectiva da educação brasileira antes da Constituição Federal de 1988, contando com as diferentes fases vivenciadas desde o descobrimento do Brasil, com a vinda dos portugueses, trazendo um padrão de educação europeia, chegando até como se apresenta hoje na sociedade brasileira, para melhor entender o lúdico e o Serviço Social nesta relação.

1.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM SEU PROCESSO HISTÓRICO

A história da educação brasileira passou por várias fases desde o século XV. No Brasil a origem das instituições escolares pode ser localizada em 1549 com a chegada dos jesuítas que criaram, na então colônia portuguesa, “a primeira escola brasileira” (MATTOS, 1958, p. 37) os jesuítas foram um dos primitivos da educação brasileira introduzindo a educação colonial trazendo em sua bagagem métodos pedagógicos.

A Companhia de Jesus desenvolveu “ [...] assim, a sua primeira missão em terras brasileiras, visou à catequese dos índios e à educação dos filhos dos colonos portugueses recém-chegados” (XAVIER, 1994).

Nos primeiros anos a companhia teve em sua frente o padre Manuel da Nobrega, fundando colégios e escolas de instrução elementar, eram os próprios jesuítas que aplicavam os dois modelos de instrução, para os indígenas que era mais centrado na leitura, na escrita e nas poucas operações e, o outro, voltado para os filhos dos colonos, que era um ensino mais curto.

Monlevade (2000, p.12) pontua que:

Nos colégios jesuíticos [...] quem mandava eram os padres, e o que mandavam – falar português e aprender latim – tinha a virtude de revelar a ignorância dos alunos, inculcar a obediência, despertar o complexo de inferioridade e justificar a desigualdade e a exclusão. Para os negros, quando muito a alfabetização; para os índios, o primário; para os brancos, o secundário [...]

Durante duzentos e dez anos de serviços educacionais pela companhia toda, a ação pedagógica foi marcada pela ausência de discussão, e o pensamento crítico passava longe da sala de aula. O ensinamento proposto pelos jesuítas era alheio ao interesse da coroa portuguesa, pois, queriam colocar as escolas a serviço do Estado e não mais da fé.

Em 1759 houve uma ruptura que marca a História da Educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal.

De acordo com Piletti (1996, p. 68) os jesuítas foram expulsos das colônias em 1759, por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, porque os jesuítas estavam se preocupando com o proselitismo e o noviciado, ou seja, começaram a professar o partidatismo com também, preparar jovens para a consagração da vida religiosa. Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências européias da época, sendo assim, a educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

A política pombalina tinha como objetivo primordial o fortalecimento do Estado, através da subordinação de todos os setores à Coroa, entre esses estavam o clero e a nobreza, que gozavam, até então, de certa autonomia (GONÇALVES, 1998, p. 45).

Marquês de Pombal suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas. (LIMA, 1974)

Somente quando a Real Mesa Censória, criada em 1767 (inicialmente com atribuição para examinar livros e papéis já introduzidos e por introduzir em Portugal), alguns anos depois, passa a assumir a incumbência da administração e direção dos estudos das escolas menores de Portugal e suas colônias, é que as reformas na instrução ganham meios de implementação. Com as novas incumbências e a partir das experiências administrativas da direção geral de estudos, nos anos anteriores, a Mesa Censória apontou para as necessidades tanto na metrópole quanto na colônia referente ao campo educacional. Assim, os estudos menores ganharam amplitude e penetração com a instituição, em 1772, do chamado “subsídio literário” para manutenção dos ensinos primário e secundário.

Como Carvalho (1978, p. 128) bem explicita:

Com os recursos deste imposto, chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi

instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações.

Dessa forma, foi implantado o novo sistema educacional que deveria substituir o sistema jesuítico. Aberto que estava à modernidade europeia, incorporou partes do discurso sobre a ação do Estado na educação e passou a empregá-lo para ocupar o vácuo que foi deixado com a saída dos jesuítas, pelo menos no que diz respeito ao controle e gestão administrativa do sistema escolar.

Só no começo do século seguinte, em 1808, com a mudança da sede do Reino de Portugal e a vinda da família Real para o Brasil Colônia, a educação e a cultura tomaram um novo impulso, com o surgimento de instituições culturais e científicas, de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores, como os de medicina nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

Todavia, a obra educacional de D. João VI só se voltava para as necessidades imediatas da corte portuguesa no Brasil, a formação profissional para preparação de mão de obra no Brasil o que deu continuidade à marginalização do ensino primário.

Com a independência do país, em 1822, surgem algumas mudanças em termos de política educacional. A Constituinte de 1823 dá apoio a educação popular, tendo como resultados o compromisso do Império, na Constituição de 1824, em assegurar "instrução primária e gratuita a todos os cidadãos", confirmado logo depois pela lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos, envolvendo as três instâncias do Poder Público, o que comprometeu em definitivo o futuro da educação básica, pois possibilitou que o governo central se afastasse da responsabilidade de assegurar educação elementar para todos.

Com a Independência do Brasil em 1822, aparece os primeiros sinais do ensino como instituição.

Xavier (1994, p.62) considera que:

A Independência do Brasil se apresenta como um cumprimento formal, pois, a realidade social, política e econômica, brasileira não apresentou profundas modificações para a população local.

Inspirada no modelo francês foi outorgada, em 25 de março de 1824, a primeira Constituição do Brasil que mantinha os princípios do liberalismo moderado e fortalecia o poder pessoal do imperador, chegando até mesmo à criação do Poder Moderador acima dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O texto final da Constituição de 1824 afirma em seu artigo 32, que:

[...] A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos, mas, como o país ainda era escravocrata, a educação continuaria elitista, mesmo sendo dever do estado e direito do cidadão. [...]

Como afirma Hilsdorf (2003, p. 44) sobre a Constituição de 1824:

[...] Esse documento [constituição de 25/03/1824] assegurava direitos civis (de cidadania) aos brasileiros brancos, mas não aos índios e escravos, e direitos político (de voto) aos brasileiros brancos [...]

Durante aos longos anos do reinado de D. Pedro I, países europeus não reconheciam o seu governo, cujo término se deu em 1889 com a instauração da República.

Alguns anos depois da promulgação do Ato Adicional de 1834, delegando às províncias a prerrogativa de legislar sobre a educação primária, A descentralização da educação básica, instituída em 1834, foi mantida pela República, impedindo o governo central de assumir posição estratégica de formulação e coordenação da política de universalização do ensino fundamental, a exemplo do que então se passava nas nações européias, nos Estados Unidos e no Japão. Em decorrência, se amplia ainda mais a distância entre as elites do País e as camadas sociais populares Saviani (2006 p. 5-6).

Ao longo da década de 20 deste século, reformas do ensino em diversos Estados da Federação tendo em vista a expansão da oferta pública, ao mesmo tempo em que a influência das idéias renovadas provoca o surgimento de tempo em que a influência das idéias renovadas

provocam o surgimento de movimentos organizados que levantam também questões relativas à qualidade da educação.

Mas o Poder Nacional permanece, ainda, à margem dessas discussões.

No entanto, a Constituição promulgada após a Revolução de 1930, em 1934, consignou avanços significativos na área educacional, incorporando muito do que havia sido debatido em anos anteriores. No entanto, em 1937, instaurou-se o Estado Novo concedendo ao país uma Constituição autoritária, registrando-se em decorrência um grande retrocesso. Após a queda do Estado Novo, em 1945, muitos dos ideais foram retomados e consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviados ao Congresso Nacional em 1948 que, após difícil trajetória, foi finalmente aprovado em 1961, Lei nº 4.024.

No período que vai da queda do Estado Novo, em 1945, até a Revolução de 1964, quando se inaugurou um novo período autoritário, o sistema educacional brasileiro passou por mudanças significativas, destacando-se entre elas o surgimento, em 1951, da atual Fundação CAPES, que é a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, a instalação do Conselho Federal de Educação, em 1961, campanhas e movimentos de alfabetização de adultos, além da expansão do ensino primário e superior. Na fase que precedeu a aprovação da LDB/61, ocorreu um admirável movimento em defesa da escola pública, universal e gratuita interrompida com o movimento de 1964.

Ainda, 1969 e 1971, as Lei 5.540/68 e 5.692/71, foram aprovadas, trazendo mudanças significativas no ensino brasileiro, tanto de 1º e 2º grau como no superior.

A Constituição de 1988, promulgada após amplo movimento pela redemocratização do País, procurou introduzir inovações e compromissos, com destaque para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo, dando margem para a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional, nº 9394 de 1996, que reconhece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, para o desenvolvimento integral da criança, hoje até os cinco anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade.

1.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA HOJE

A Educação Brasileira passou ao longo dos anos, intensas transformações, consolidando seu marco na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como afirma o autor (OLIVEIRA, 1989).

A Constituição representa uma valiosa contribuição na garantia dos direitos, por ser fruto de um grande movimento de discussão e participação da população civil e poder público: “[...] foi um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil” (LEITE FILHO, 2001, p. 31).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, evidenciou a importância da Educação Infantil e esta passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sancionada em 1996, porém, vale se ressaltar que a educação infantil no Brasil, atualmente é compreendida como atendimento institucional-educacional as crianças de zero a cinco anos em (creches e pré-escolas), primeira etapa da educação básica e, assegurada perante as leis brasileiras, sendo um dever do Estado, como também estabelece as políticas de garantia de direitos, visando proteger os direitos humanos fundamentais, políticas que garantem o direito a vida, as necessidades básica, à liberdade de pensamento e de expressão, e igualdade.

A LDB 9394/96, em seu artigo 29 estabelece que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A partir dessa Lei, houve o resultado de uma grande luta social, as LDBs anteriores reivindicavam no sentido de renovar os termos educacionais, mencionando para fazer parte do sistema educacional brasileiro, definiram as creches que caracterizava uma atuação de horário integral e a pré-escola com funcionamento semelhante à escola.

Com o surgimento das instituições infantis, as creches foram caracterizadas por associações filantrópicas, anteriormente vinculadas às áreas assistencialistas, passando pela LDB a ser responsabilidade da educação.

De acordo com Rizzo (2003, p. 47):

[...] Durante os primeiros anos de existência da creche, sua finalidade limitavase ao recolhimento de crianças pobres da rua, visando esconder da sociedade a miséria existente. [...]

Desta forma, a creche era reconhecida apenas como uns depósitos de crianças, não as reconheciam como importante para o desenvolvimento integral da criança e cabe a ela ser a grande propulsora do trabalho com o lúdico.

1.3 O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A etapa da Educação Infantil tem a finalidade de favorecer o desenvolvimento máximo de todas as capacidades das crianças respeitando a diversidade e possibilitando dos diferentes usuários, podendo ser como um lugar de acesso democrático ao conhecimento e aprendizagem.

Segundo o documento da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – 1996) interpretado por Brzezinski (2003, p. 91) que descreve a Educação Infantil como: “a primeira etapa da educação básica, tendo por objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”.

Assim, é uma parte do espaço físico da sociedade civil para dialogar, debater, confrontar e aplicar as linhas de ação, para formatação das novas gerações. Durante o desenvolvimento da criança, na educação infantil, precisa-se colocar em prática, recursos para enriquecê-las e percorrer com elas, um ciclo que facilite o desenvolvimento de sua capacidade para a construção de si.

De acordo com Desiderati (1999) que constata em seu trabalho, a presença do lúdico na alfabetização, apontando seu valor didático e de grande relevância na ampliação do conhecimento da autoestima infantil e em possíveis reflexões para todos os profissionais ligados à alfabetização.

A educação Infantil e o lúdico estão atrelados pela sua importância, principalmente, na alfabetização e na recreação, pois proporcionam às crianças a aquisição de vocabulário, um domínio maior para construir palavras e para efetivar formar de comunicação e desenvolvimento de habilidades como: analisar, sintetizar, comparar, relacionar, criticar,

julgar entre outras. Portanto, a educação é apenas a primeira etapa; o lúdico é a outra etapa importante que lhes proporciona descobrimentos, habilidades, estímulos à sua curiosidade, ajuda na autoestima, na coordenação motora, além de levar ao desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção (DESIDERATI, 1999).

Tais condições são voltadas às ações educativas, ações pedagógicas de forma agradável e eficaz proporcionando velocidade no processo de mudança de comportamento e aquisição de novos conhecimentos.

Através do lúdico a criança tem a oportunidade de vivenciar as derrotas e as vitórias, na medida em que se restabelecem o desejo e a confiança em sua capacidade de aprender. As escolhas dos jogos e das brincadeiras são definidas pelas dificuldades específicas de cada criança, pois existem jogos e brincadeiras que trabalham e estimulam a linguagem como: jogo de palavras cruzadas, jogo de forca, brincadeira de roda e adivinhações.

Existem também brincadeiras que estimulam o desenvolvimento físico e motor como os jogos de prosseguir, procurar, pegar, jogo de estratégias, hipótese e decisões. Os jogos são ferramentas utilizadas para propiciar o estudo do pensamento da criança, de sua afetividade, possibilidade de estabelecer as relações sociais, pois as características lúdicas dos jogos permitem que a criança tenha uma ação livre de exploração e entendimento de sua problemática, reforçando a motivação e a possibilidade de criação de novas ações (MACEDO, 1992).

Atualmente, a presença lúdica na educação infantil tornou-se um fator importante para a prática docente, no que se refere ao desenvolvimento cognitivo; as crianças de hoje não desfrutam das brincadeiras culturais como nos tempos passados, deixam de brincar da forma mais gostosa, que é a brincadeira de transformar objetos em brinquedos. A respeito de inúmeras controvérsias em relação às diferenciações entre jogo, brinquedo e brincadeira, neste trabalho, o termo “brinquedo” se aplica tanto às brincadeiras e jogos em geral, quanto a qualquer objeto utilizado com a função de brinquedo (MOYA, 1988).

Kishimoto (2001) aponta que a literatura educativa demonstra a importância do brinquedo, desde a educação greco-romana, começando por Platão e Aristóteles.

O conceito de antigamente em que a brincadeira, os jogos, as músicas eram consideradas quase sempre como fúteis, ou melhor, tendo como única utilidade a distração, mas durante essas décadas lúdicas passou por muitas transformações até chegar aos dias de hoje, se entende que ele tem sua importância na aquisição de vocabulário, no domínio, habilidade e um papel social.

Bruner (1986) acredita que o ato de brincar permite ao ser humano condições ótimas para explorar e desenvolver habilidades mais complexas e aponta cinco funções fundamentais da brincadeira, que são:

Redução das conseqüências relativas aos erros e fracassos, sendo uma atividade que se justifica por si mesma; Permissão da exploração, da intervenção e da fantasia; Imitação idealizada da vida; Transformação do mundo, segundo os nossos desejos e, Diversão.

Logo, é através destas funções que as brincadeiras se tornam grande fonte de desenvolvimento do ser humano, fazendo com este se insira no mundo real através do mundo irreal, prazeroso.

Prado (1999) observa em sua análise, que as creches devem proporcionar espaços para brincar, em que adultos e crianças possam vivenciar, experimentar, sentir, conhecer, explorar toda a riqueza que esta atividade encerra, entre fantasias e histórias, danças, músicas, transgressões, imprevistos, sociabilidades, invenções e expressões culturais de crianças pequenininhas.

Portanto, a creche sendo uma instituição social, cujo objetivo é prestar atendimentos às crianças e suas respectivas famílias, as quais, normalmente, possuem carências sociais, afetivas entre outras, tem um papel significativo na de educação e formação da criança, que passa a maior parte do tempo sob sua responsabilidade e ao mesmo tempo, na integração da família e da comunidade no seu cotidiano.

1.4 AS ATIVIDADES LÚDICAS NA CRECHE

Este item se propõe a apresentar a história da Creche e Berçário Jamile Haddad Maluf, seus fundamentos e seguimentos e ainda, descrever a forma como o lúdico é trabalhado nesta instituição, uma vez que este é o objeto de investigação deste estudo.

A Creche e Berçário Jamile Haddad Maluf, está localizada no município de Piratininga, foi constituída em 25 de março de 1966, uma instituição de pessoa jurídica, de direitos privados e formados na modalidade de associação civil, sem fins lucrativos ou

objetivos e econômicos, com duração por tempo indeterminado, pois como cita Didonet (2001) falar de creche ou educação infantil é:

Muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida.

Assim, com este pensamento a instituição tem por finalidade o atendimento à criança de zero a seis anos, prioritariamente, proveniente de famílias de baixa renda, em período integral ou parcial. As ações promovidas pela Creche e Berçário têm como objetivos oportunizar o atendimento da população de mães/pais e filhos, proporcionando um ambiente construtivo de renovação de vida, buscando superar estigmas e seus direitos como cidadãos.

Segundo o artigo 29 da LBB/96, a educação infantil deverá favorecer o pleno desenvolvimento das crianças, sendo oferecida como complemento, e não em substituição à educação da família:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Atualmente, com atendimento à criança de ambos os sexos, de 04 meses a 03 anos e 11 meses e 29 dias, em período integral ou parcial, habitantes do município. A instituição disponibiliza a educação em tempo integral, dispendo de alimentação, acompanhamentos nutricional e psicológico para os seus usuários.

Porém, a presença da ludicidade na instituição é algo que vem trazendo preocupação, pois a mesma não dispõe de recursos suficientes para o desenvolvimento intelectual da criança.

Portanto, há dificuldades para se desenvolver novos métodos para o estímulo da criança, suas necessidades e diferentes formas e linguagem de ser desenvolvido o lúdico e independente da forma, qualquer uma delas exige de quem aplica compromisso, vontade de querer fazer diferente, até porque nesta relação, dentro da instituição existem casos que

necessitam de um atendimento individual para verificar o grau de dificuldades em que a criança se apresenta. O mediador nesses casos é o pedagogo que é aquele companheiro conhecedor de técnicas, por excelência, que tem a função de favorecer e assegurar um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório, com experiências educativas e sociais variadas e envolventes, um profissional que garanta sua formação e estruturação, proporcionando e facilitando as condições de atuação para a estrutura e instrumento dos jogos e brincadeiras.

Muitos autores enfatizam a importância dos lúdicos, mas em poucos ambientes eles são executados conforme está citado em lei, bem como, aqueles que se dedicam a estudar o jogo ou a brincadeira. No entanto, suas relações com a cultura infantil revelam com ênfase na concepção piagetiana, que o ato de jogar e de brincar ocorre desde os primeiros momentos de vida do indivíduo e faz parte do seu desenvolvimento global (RIZZI HAYDT, 1998).

De acordo com Piaget (1964) após um ritual motor ocorrem adaptações, e novos significados são atribuídos pelas crianças aos conteúdos da realidade. Assim, surgem as atividades lúdicas, classificadas como jogo simbólico, as quais são resultados da imitação e reprodução de situações e experiências ocorridas no meio em que a criança está inserida, que transforma e expressa desejos em busca da evocação do prazer.

Brougère (2000) em suas interpretações da relação brinquedo/cultura, afirma que a criança se apropria e adapta aos conteúdos do seu mundo exterior às suas próprias atividades de interesse, como o brincar.

Nesse processo de formação, o jogo simbólico desempenha um papel crucial e, gradativamente, a criança vai organizando suas estruturas mentais passando a compreender as regras do jogo.

Portanto, é importante que os profissionais da Educação Infantil conheçam os efeitos não só do jogo simbólico, mas também do jogo com regras, pois não há um tempo estabelecido para a criança começar a perceber as exigências das necessidades lógicas e inferir as noções de conservação, assim como reconhecer os direitos e os deveres de cada um no jogo (PEREIRA, 2009).

Assim, o lúdico é um facilitador de uma educação cidadã e também é um parceiro da ação profissional do Serviço Social, vez que este tem como objetivo a potencialização dos sujeitos para que possam um dia serem verdadeiros cidadãos, construtores de sua cidadania, assunto abordado a seguir.

1.5 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As décadas 30 a 50 foram marcadas pela Grande Depressão da revolução do capitalismo. As atividades econômicas regrediram em quase todos os países do mundo capitalista e o desemprego atingiu taxas elevadíssimas. Com a queda acentuada dos preços dos produtos primários, as regiões menos desenvolvidas, que em muitos casos já enfrentavam problemas de superprodução desde a década anterior, também imergiram na depressão ocasionando transformações na sociedade em geral, modificando seu sistema e possibilitando o surgimento das expressões da questão social, causando as desigualdades. Como diz Hobsbawm (1995, p. 96), esses eventos tornaram “... a depressão global no sentido literal”

Privelegiando algumas pessoas e desestruturando outras, e a que mais foi afetada foram às famílias, cujas mães tiveram que deixar suas responsabilidades para buscar uma qualidade de vida melhor, inserindo-se ao mercado de trabalho. O alvo então foi as mulheres que deixaram seus filhos, para ajudar o esposo na complementação da renda familiar.

De acordo com Gayotto (1992):

As modificações sociais ocorridas no mundo, em decorrência das mudanças no mercado de trabalho afetaram a organização familiar, provocando o afastamento da mulher em sua função materna. A mulher ausentou-se do filho para trabalhar fora de casa, com finalidade de aumentar a renda familiar, ou, em casos de mães sem parceiros, para garantir sobrevivência própria e da família.

Esses acontecimentos prejudicaram a educação, acelerando a elaboração de políticas e leis para assegurar o direito a todos à educação e regularizá-las. Com as mães inseridas no mercado de trabalho, houve a preocupação de onde deixar seus filhos e a melhor forma que a família encontrou sem a preocupação em deixar a criança seria colocá-la em creches, pré-escolas ou escolas de educação infantil, seja ela pública ou privada, delegando seus deveres de educação e cuidados necessários, para a creche e escola, esquecendo-se de participarem da vida cotidiana dos filhos e de acompanharem seu o desenvolvimento em vários aspectos, o que acabou ocasionando rompimentos de vínculos familiares em relação às crianças, depositando a maior parte de seu convívio nas creches com as educadoras.

Nessa perspectiva o Serviço Social foi introduzido no âmbito educacional para atuar junto ao educando e sua família, trabalhando com as diferentes expressões da questão social.

Para Souza (2005) a intervenção do Serviço Social, no campo educacional não se caracteriza em uma prática nova. A atuação do Serviço Social na área da educação vem de longa data e no Brasil, remonta o início da profissão, na década de 1930.

É nesta lógica que a defesa do Serviço Social na educação é pautada, pois se tem o entendimento que a presença do Assistente Social no âmbito educacional:

[...] fortalece o campo da educação por atuar em um espaço onde a diversidade humana, cultural e econômica estão presentes, as relações interpessoais estão em constante processo de ruptura e aliança, a competição, o individualismo, a dualidade de poderes exclama ações que transformem o ser humano enquanto autor e ator de uma história com posturas éticas. Apesar de a educação escolar ainda não ser um campo fértil de trabalho dos Assistentes Sociais são as próprias alterações processadas no mundo educacional, da informação e da tecnologia que demandam a sua inserção em articulação com os demais profissionais (SOUZA, 2005, p. 38-39).

Almeida (2003) pontua que nas décadas de 1980 e 1990, a atuação de profissionais de Serviço Social no campo educacional foi se tornando ainda mais expressiva.

O Serviço Social no campo da educação deverá participar orientar e construir com todos os que estão inseridos no processo educativo. Seu trabalho norteia-se na política educacional, com proposições e ações voltadas para a qualificação contínua dos educandos.

De acordo com Bressan (2001, p. 12) o Serviço Social no âmbito educacional:

Tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnóstico sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar (...) o assistente social tem, entre outras, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, objetivando saná-los ou atenuá-los.

Ressalta-se que a inserção do Serviço Social na política educacional está cada vez mais requisitada pelo setor público, como cita Salata (2007) a maior fonte empregadora pública de Assistentes Sociais no campo educacional, tem sido as creches municipais, com uma recente abertura das Secretarias Estaduais de Educação.

O Serviço Social dentro das instituições atende crianças de 0 a 6 anos de idade, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, são compreendidas como Centro de Educação Infantil (CEI's).

Soares (2003, p.202) explica que:

CEIS denominação dada a instituições de Educação Infantil em alguns sistemas de ensino. Os CEIS são as antigas creches. A LDB reconhece a Educação Infantil (0 a 6 anos) como um direito de todas as crianças e como a primeira etapa da educação básica; determina a integração de todas as creches e pré-escolas aos sistemas de ensino.

A Política de Assistência Social deve ofertar serviços educacionais, assistenciais e de saúde, com ações integradas, de caráter preventivo e promocional, sem perder de vista o atendimento às famílias.

O papel da Assistência Social, no contexto da educação infantil, foi apontado sucintamente no documento "Ação Compartilhada das Políticas de Atenção à Criança de Zero a Seis Anos", do Ministério da Previdência e Assistência Social, de 1999:

Identificar as famílias com crianças de zero a seis anos no município, demandatárias da assistência social; Identificar e apoiar tecnicamente, em parceria com a educação, as demandas existentes nas localidades que não possuam as devidas estruturas (físicas, de recursos humanos, pedagógicos e administrativos), conforme normas emanadas dos Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação; Apoiar as famílias destinatárias da assistência social que possuam filhos em creches e pré-escolas, através da inclusão em programas oficiais de auxílio de geração de renda, de mecanismos de encaminhamento, de esclarecimento sobre o acesso a programas de

enfrentamento à pobreza, garantindo às crianças inclusão e promoção social; Articular e planejar programas e cursos de apoio sócio educativo às famílias.

Ao abordar esta relação entre Educação e Serviço Social, Santos (2005, p. 44) pontua:

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através do trabalho de grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita.

A dimensão educativa desta prática profissional nos espaços onde atua é visível e fundamental, com vistas que suas ações vêm sempre acompanhadas da palavra, da informação, da troca, da escuta apurada (que deve ser crítica e solidária), do debate, de situações em que percepções de mundo são difundidas, analisadas e questionadas. Esta importante característica política e educativa da intervenção profissional se faz presente, como não poderia deixar de ser, também no campo da educação (LESSA, 2013).

Portanto, Serviço Social junto à creche se apresenta com o objetivo de poder contribuir com a problemática social que é perpassada pelo cotidiano da comunidade escolar: - alunos, professores, pais – seja com encaminhamentos, orientações, informações, projetos de cunho educativo como o lúdico, por exemplo, que possam promover a cidadania, ações e projetos voltados para as crianças e famílias, etc. Deste modo, entende-se que para atingir a criança de forma integral, é necessárias intervenções no contexto familiar, seja em âmbito sócio educativo, como também nos momentos de ensino-aprendizagem e reflexão, tendo sempre o viés da participação, autonomia e cidadania.

2 METODOLOGIA DO ESTUDO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O objetivo deste estudo é identificar a importância da inserção de jogos na educação infantil e atribuição do Serviço Social junto à educação infantil, apontando para as possibilidades e os limites das ações realizadas com crianças do ensino infantil.

Com a intenção de aduzir que o lúdico é um instrumento na educação infantil de aprendizagem que pode oferecer às crianças descobrimentos, habilidades, estimular a sua curiosidade, ajuda na autoestima, na coordenação motora, além de levar ao desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção. Sendo assim, tais condições são voltadas às ações educativas, ações pedagógicas de forma agradável e eficaz, proporcionando velocidade no processo de mudança de comportamento e aquisição de novos conhecimentos.

Mediante o questionamento: qual a importância do lúdico na educação infantil e o papel do Serviço Social trabalha-se com a hipótese sugerida que a importância do lúdico na educação infantil está no fato de ser um instrumento de aprendizagem que poderia oferecer às crianças descobrimentos, habilidades, estimular a sua curiosidade, ajuda na autoestima, na coordenação motora, além de levar ao desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção. Sendo assim, tais condições são voltadas às ações educativas, ações pedagógicas de forma agradável e eficaz proporcionando velocidade no processo de mudança de comportamento e aquisição de novos conhecimentos.

O trabalho do Serviço Social na educação infantil voltado para identificar e atender as demandas provenientes da questão social que perpassa o cotidiano do campo educacional, vem conquistando o seu espaço juntamente com a realidade educacionais por meio de implantação de monitoramentos, avaliações e coordenação de projetos sociais.

Os objetivos levantados para a verificação da hipótese é: evidenciar a importância do lúdico no ensino infantil das crianças; apontando para possibilidades e os limites no desenvolvimento na realização do trabalho com crianças do ensino infantil e a identificação da contribuição do Serviço Social na instituição.

Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Para a pesquisa de campo optou-se pela abordagem qualitativa.

De acordo como Deslandes (1994, p. 22) a pesquisa qualitativa:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantitativo. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Chizzotti (2005, p.52) os dados quantitativos prevêm a mensuração de variáveis pré-estabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. A abordagem qualitativa fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos.

Para Oliveira (1999, p.117) salienta que:

As pesquisas de abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades, dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Já para a pesquisa bibliográfica, primeiramente, se fez o levantamento de estudos que abordassem informações e conhecimentos sobre a utilização de jogos e brincadeiras no desenvolvimento integral das crianças do ensino infantil, uma vez que se tem como objeto de estudos a utilização de jogos e brincadeiras para crianças de um a quatro anos de idade, freqüentadoras da Creche Jamile Haddad Maluf. Após este levantamento construiu-se a

fundamentação teórica do estudo, com base nas leituras de textos de diferentes autores, em livros, enciclopédias, trabalho de conclusão entre outros.

Na visão de Gil (2007) a pesquisa bibliográfica quando elaborada a partir de material já publicado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos, que serviram para fundamentar a análise dos resultados.

O método utilizado é o dialético, por entender que a dialética é: “a arte do diálogo” como cita Sishirolo (1980, p.30). Na visão de Oliveira (2002, p.67): “A dialética é um método de pesquisa que busca a verdade por meio da formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro”, o que é necessário para uma leitura crítica da realidade.

O universo desta pesquisa são os quarenta (40) pais de crianças matriculadas na creche, que está localizada na cidade de Piratininga/SP. Portanto, trata-se de uma pesquisa, cuja amostragem é aleatória uma vez que todos os pais tiveram as mesmas chances de participação, sendo vinte e cinco (25) pais, o que representa 25% do universo, no entanto, pelas dificuldades de alguns pais pela questão tempo e outros fatores como não se disporem a participar do estudo, amostragem passou a ser 10% (10). Em se tratando dos docentes, a pesquisa a princípio seria censitária, no entanto, apenas três professores aceitaram participar.

Os instrumentos de investigação na coleta de dados foram a entrevista, com base num formulário contendo perguntas abertas para as professoras da Creche e para o país dos alunos, além da observação assistemática.

Vale ressaltar que foram explicados os objetivos do estudo, deixando os sujeitos livres para participação.

As entrevistas ocorreram na própria creche, em horários de entrada ou saída dos alunos, conforme disponibilidade dos pais. Com os professores ocorreram nos intervalos e ou horários de saída. As entrevistas tiveram duração aproximada de 20 minutos cada.

O pré-teste foi aplicado no mês de maio, com cinco sujeitos, sendo três pais e dois professores, para verificação da viabilidade do instrumental, não havendo necessidade de alteração.

Após a aplicação da pesquisa de campo, os dados foram sistematizados em dois eixos para facilitar a análise, a saber: Eixo 01: A importância da inserção de jogos lúdicos na educação infantil, e a contribuição do Serviço Social na educação infantil; Eixo 02: Limites e possibilidades no desenvolvimento de ações lúdicas com crianças do ensino infantil, cujos resultados com as respectivas análises, encontram-se a seguir.

2.2 ANÁLISE DE DOS RESULTADOS

Desde o início da escolarização, deve-se focalizar na importância da pesquisa para a construção do conhecimento do aluno com uma formação crítica, criativa e inovadora e a importância da inserção de jogos lúdicos na educação infantil, e a contribuição do Serviço Social na educação infantil, objeto deste estudo, tem ímpar significação, tanto para educação, como para o Serviço Social, pois, segundo Freire (2001): “não existe pesquisa sem ensino e nem ensino sem pesquisa”.

2.2.1 A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE JOGOS LÚDICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O lúdico permite que a criança explore a relação do corpo com o espaço, provoca possibilidades de deslocamento e velocidades, ou cria condições mentais para sair de enrascadas, e ela vai então, assimilando e gastando tanto, que tal movimento a faz buscar e viver diferentes atividades fundamentais, não só no processo de desenvolvimento de sua personalidade e de seu caráter como também ao longo da construção de seu organismo cognitivo.

Mediante tais considerações questionam-se os professores, sobre a importância do lúdico na vida das crianças e relatam:

“O lúdico é muito importante, pois através dele é desenvolvido as brincadeiras, histórias, músicas. Elas têm desenvolvidos a expressão oral, a criatividade, habilidades motoras, espontaneidades, aceitação de regras e as relações interpessoais”. (S1, Prof.)

“O lúdico é de grande relevância na vida das crianças, pois de uma simples brincadeira, uma música, o lúdico interfere na emoção, na alegria proporcionando aprendizado de forma espontânea. (S2, Prof.)

“É de grande importância a inserção dos lúdicos no desenvolvimento da criança, pois é através das brincadeiras que elas se exteriorizam

seus sentimentos, aprendem a se socializar ampliando seus conhecimentos de mundo”. (S3, Prof.)

Observa-se que os professores reconhecem a importância das atividades lúdicas para o ensino aprendizagem, pois é um mobilizador e acelerador da aprendizagem, motivando os alunos, deixando-os mais abertos à aprendizagem.

Considerando que atualmente, a presença do lúdico na educação infantil tornou-se um fator importante para a prática docente, no que se refere ao desenvolvimento cognitivo em especial porque as crianças hoje não desfrutam mais das brincadeiras culturais como nos tempos passados, deixam de brincar da forma livre e gostosa, não transformam mais objetos em brinquedos, aliás, as brincadeiras se centram em objetos eletrônicos, com respostas prontas.

Neste trabalho, o termo “brinquedo” se aplica tanto às brincadeiras e jogos em geral, quanto a qualquer objeto utilizado com a função de brinquedo como cita Moya (1988) por isto se indaga se acreditam que as brincadeiras livres proporcionam também o aprendizado relatam:

“As brincadeiras livres agregam muito na vida da criança o seu processo natural de crescimento e evolução, torna-se mais ativa e consciente de si mesma”. (S1, Prof.)

“A brincadeira livre a criança cria um mundo mágico, podendo se expressar de várias formas, jeitos, induz explorar seus limites. Em minha visão é uma das brincadeiras que a criança mais se desenvolve”. (S2, Prof.)

“Sim, o brincar livremente é essencial para o desenvolvimento infantil, criança consegue vencer seus limites e passa a vivenciar experiências que vão além de sua idade e realidade, fazendo com que ela desenvolva sua consciência”. (S3, Prof.)

A brincadeira como uma atividade no contexto educacional, deve ser valorizada e estimulada, que tem uma importante função pedagógica. Entretanto, para que as brincadeiras

tenham lugar garantido no cotidiano das instituições educativas, é necessário que as crianças tenham espaços para brincar e, opções para que desenvolvam suas brincadeiras. O tempo que essas crianças tem a disposição também deve ser suficiente para que iniciem e consigam terminar as suas brincadeiras. Pois, a criança encara o brincar como um trabalho, leva a brincadeira tão a sério, quanto o adulto leva o seu trabalho.

Neste raciocínio os pais cogitam:

“A brincadeira livre permite o desenvolvimento do autoconhecimento, elevando a autoestima, propiciando o desenvolvimento físico-motor, bem como o do raciocínio e o da inteligência. É a brincadeira mais saudável que existe”. (S8, Pais)

“Brincando livremente a criança, elas podem desenvolver sua imaginação, cultura, raciocínio, seus desejos físico-motor”. (S7, Pais)

“Brincadeira livre a criança se desenvolve mais rápido, pois elas não têm regras a serem cumpridas, desperta sua curiosidade, vontades, imaginação, concentração entre outras”. (S3, Pais)

Neste sentido Brasil (1998, p. 27) afirma:

A brincadeira é a chave de tudo, pois é brincando que a criança aprende com mais facilidade. A brincadeira proporciona uma viagem na qual a criança consegue elaborar conceitos, exteriorizar o que pensa da realidade. Desta maneira, as crianças trabalham com a sua imaginação e criatividade, organizam o seu pensamento através de vivências, enfim, criam um vínculo entre o imaginário e o real. Toda brincadeira é uma imitação transformadora, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada.

Há diferentes formas de se desenvolver as atividades lúdicas e também, com diferentes linguagens, porém, independente da forma, qualquer uma delas exige de quem aplica

compromisso, querer fazer diferente, e muitas atividades podem ser criadas e recriadas na própria interação com as crianças, até em função de favorecer e assegurar um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório, com experiências educativas e sociais variadas e envolventes que facilitem as condições de aprendizado.

Também se questiona com qual frequência seu(s) filho (s) pratica (m) a atividade lúdica e afirmam:

“Não saberia te responder, com qual frequência ele pratica alguma atividade e também saber quais são os métodos aplicados no dia-a-dia para o desenvolvimento de meu filho. Também nunca questionei quais são as atividades desenvolvidos durante o período que meu filho fica na creche”. (S6, Pais)

“Acho são todos os dias, minha filha ingressou a poucos dias na creche está no momento de adaptação porém vou questionar quais são as atividades que o educador desenvolve com as crianças”. (S9, Pais)

“É para as atividades lúdicas serem praticadas todos os dias, pois as crianças necessitam explorar seu auto conhecimento. Porém jamais fiz algum questionamento sobre qual eram as atividades desenvolvidas dentro da creche”. (S10, Pais)

Poucos pais tem a informação sobre o que é desenvolvido dentro da creche, observa-se que apenas deixam seus filhos, muitas vezes ainda com conotação de seu surgimento no século XVIII e início do século XIX, estava intimamente ligado à proposta de atender (guardar) as crianças de zero a três anos, durante o período de trabalho das famílias, fato decorrente das necessidades do nascente capitalismo e de um processo acelerado de urbanização, pois, para alguns, pais a creche é apenas o lugar que cuida do filho.

A atuação do profissional de Serviço Social, na educação é muito importante, considerando que meio as transformações societárias, é uma profissão que tem se desenvolvido teórica e praticamente, daí seu reconhecimento como uma profissão de caráter interventivo, capacitada para atuar nas diversas expressões da questão social. Dentre tantos

espaços ocupacionais que a legitima socialmente, sua atuação junto a educação cada vez mais vem se fortalecendo. Entendem-se como expressões da questão social os diversos problemas sociais ocasionados pelo comando do capital na sociedade, tais como a pobreza, a fome, o desemprego, a falta de moradia, a falta de escolaridade, a violência, entre outros, fatores também muito presente na realidade escolar, também no ensino infantil.

Com isso, a prática dos assistentes sociais é orientada por uma ética de emancipação e direitos humanos, cujos profissionais devem direcionar suas intervenções para que haja a ruptura da exclusão social, potencializando o aspecto coletivo de enfrentamento da mesma e na creche pode também ser um articulador entre escola família e comunidade.

No estudo busca-se também, saber a opinião dos pais sobre a contribuição do Serviço Social na educação infantil e afirmam:

“Eu não sabia o que o Serviço Social poderia desenvolver seu trabalho dentro de uma instituição (creche), mas fiquei surpresa o quanto ele pode interferir nos problemas como de infraestrutura, nas famílias e socialmente”. (S1,Pais)

“O Serviço Social contribui em informações, o bem-estar das crianças dentro da creche. (S2, Pais)

“Eu só fiquei sabendo que o Serviço Social fazia parte na educação quando fui até a creche solicitar uma vaga para meu filho, pois então que percebi o quanto é necessário ter um profissional capacitado para nos passar informações, orientações sobre o que temos direitos”. (S4,Pais)

A LDB de 96 vem normatizar o direito 6º da Constituição Federal de 88, quando declara a educação um dos direitos sociais de todo cidadão.

No entanto, há que considerar também, as transformações societárias que vêm implicando, não só a emergência de novas demandas para o Serviço Social, como na necessidade premente de redimensionar a formação profissional a partir de procedimentos

investigativos que tomem como objeto, as mudanças do espaço ocupacional do Assistente Social e a escola é uma delas.

A contradição, que dá materialidade ao significado social da profissão e marca sua identidade profissional, é concebida como parte integrante de sua organização como profissão, isto é: “não se revela de imediato, não se revela no próprio relato do fazer profissional, das dificuldades que vivenciamos cotidianamente” (IAMAMOTO, 1992, p.120). Ela é compreendida e adquire sentido no espaço das relações sociais concretas da sociedade da qual é parte como demonstra o sujeito 1 quando relata: “*Eu só fiquei sabendo que o Serviço Social fazia parte na educação quando fui até a creche solicitar uma vaga para meu filho....*”

Vale ressaltar que os pais reconhecem a importância do Serviço Social no âmbito educacional, pois contribui com suas intervenções interferindo mediações entre família e escola, fazendo articulação entre família escola e comunidade.

2.2.2 LIMITES E POSSIBILIDADES NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES LÚDICAS COM CRIANÇAS DO ENSINO INFANTIL

A ludicidade é muito importante na vida da criança, brincar de boneca, de carrinho, de faz de conta, de mamãe, de super herói, é para a criança um momento de refletir sobre as suas concepções de mundo. O lúdico é inerente ao ser humano e por esse motivo hoje, em muitos contextos escolares há acentuada referência da ludicidade como um elemento motivador de aprendizagem.

O brincar faz parte da infância, e é uma aprendizagem necessária a vida adulta, como retrata Chateau, pois é pelo jogo, pelo brinquedo que crescem a alma e a inteligência. E ainda mais, “uma criança que não sabe brincar, uma miniatura de velho, será um adulto que não saberá pensar” (CHATEAU, 1987, p. 14).

Assim, procura-se questionar os professores se na creche existe espaço suficiente para a realização das atividades lúdicas diariamente e respondem:

“Aqui, o espaço é limitado, precisa ser dividido entre várias turmas, mas fazemos o que é possível e muitas vezes, o impossível”. (S1, Prof.)

“Não, espaço está limitado, temos muitas crianças, também temos que fazer rodízio diariamente para trabalhar com todas”. (S2, Prof.)

“Não, o espaço físico é grande, porém faltou sala a serem adaptadas para podermos fazer rodízio a desenvolver as atividades de maneira satisfatória”. (S3, Prof.)

Quanto aos pais também quando questionados sobre a questão, se obtém os seguintes relatos:

“Em minha visão acredito que não, pois eu vejo as crianças só utilizarem o parque o único local que tem espaço para eles brincarem”. (S3, Pais)

“Não, o local tem muitas crianças, porém o que é mais utilizado é o parque onde que há um espaço maior”. (S5, Pais)

“A creche tem pouco espaço físico, pois há muitas crianças e as salas que eles utilizaram para brincarem tem que fazer rodízio para uns dormirem”. (S7, Pais)

Verifica-se que a concepção, tanto dos pais como dos professores, as atividades lúdicas só se desenvolvem através de espaço físico, as brincadeiras de faz de conta, por exemplo, parece não ser consideradas como atividades lúdicas. Para a criança brincar direito é explorar os ambientes, os objetos e as habilidades, é estar livre, se divertir.

Para a maioria dos adultos o brincar é visto como uma atividade inútil, sem importância, uma perda de tempo, também como uma bagunça, às vezes os gritos, correrias, daí a necessidade de espaços, que são inevitáveis para se tornarem um motivo para acabar com a brincadeira.

Vale salientar que para muitos adultos brincar direito é não fazer barulho, não correr, não se sujar. E já para as crianças isso faz parte das brincadeiras.

Com as brincadeiras as crianças começam a compreender o mundo e por isso não existe certo ou errado, mas tentativas de compreensão. O adulto que não compreende isso, acabam prejudicando a evolução da criança a partir da brincadeira. O brincar é inerente à criança, e por isso, deve ser levado a sério, em especial em creches.

Pergunta-se também se a instituição disponibiliza materiais para se trabalhar o lúdico com as crianças e relatam:

“Poucos, mas sempre tentamos desenvolver algo diferente para a substituição de alguns brinquedos que faltam”. (S1, Prof.)

“Contamos com alguns brinquedos doados, um pequeno parque e poucos brinquedos”. (S2, Prof.)

“Muito precariamente, por falta de espaço os materiais são mal organizados, impossibilitando a seleção por faixa etária”. (S3, Prof.)

Já na visão dos pais:

“O que se percebe que há poucos materiais didáticos e brinquedos para as crianças” (S10, Pais)

“Pode até disponibilizar mas deve ter poucos recursos de brinquedos e materiais”. (S9, Pais)

“Toda a creche ou instituição onde há crianças tem brinquedos, materiais didáticos, parques, músicas, não sendo necessariamente novos mas, o que possa a ser utilizado pelas as crianças” (S8, Pais)

Observa-se que a concepção tanto dos professores como dos pais é a mesma, espaço físico e materiais são imprescindíveis, se esquecendo de que quando a criança brinca mostra quem ela é, o que sente, o que gostaria de ser, além de mostrar o que lhe incomoda e o que lhe faz bem, aspectos que se for uma brincadeira na correria fica difícil observar.

Os adultos devem ser estimuladores do aprendizado, mas não devem interromper e ensiná-los; na brincadeira a criança deve aprender por suas experiências e não através de modelos, como cita Bustamante (2004) quando enfatiza que: “O lúdico pode ser um elemento fundamental para a efetiva construção do conhecimento, é através do jogo a criança tem a possibilidade de pensar, de falar e talvez de ser verdadeiramente ela mesma”

Quando se trata das facilidades que as atividades lúdicas propiciam, os professores afirmam:

“As facilidades são que as crianças aderem todos os tipos de atividades, e outras prontidões é que todos os professores trabalham em equipe e troca de experiência para a melhor qualidade de vida das crianças da creche”. (S1, Prof.)

“Facilidades que os professores têm autonomia desenvolver método em relação às crianças para sua melhor qualidade de vida”. (S2, Prof.)

“As facilidades dentro da creche que as crianças têm muita vontade de aprender, e o trabalho em equipe”. (S3, Prof.)

Os sujeitos demonstram nas falas o impacto da educação infantil na vida das crianças os educadores hoje precisam enfrentar o desafio de lutar pelo direito das crianças, reconhecendo que o ensino infantil é uma tarefa conjunta, que na escola deve haver uma equipe de trabalhos com os mesmos ideais, são autônomos em sua prática pedagógica, e que as crianças são receptivas, havendo então, necessidade que todos os sujeitos deste processo: crianças/profissionais/pais/comunidade, façam com que a creche se torne um espaço de educação, construídas por seres históricos, criadores de cultura e sujeitos de direitos.

CONCLUSÃO

Este trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica e de campo, cuja abordagem é qualitativa com o objetivo de compreender a importância do lúdico na Creche e Berçário Jamile Haddad Maluf, do município de Piratininga e a participação do Serviço Social nesta relação.

O estudo que tem por objetivo de identificar a importância da inserção de jogos lúdicos na educação infantil, e a contribuição do Serviço Social na educação infantil, e específica: Evidenciar a importância do lúdico no ensino infantil das crianças; Apontar as possibilidades e os limites no desenvolvimento na realização do trabalho com crianças do ensino infantil; Identificar a contribuição do Serviço Social na instituição; o que permitiu compreender que a ludicidade é importante para o processo de ensino aprendizagem da criança, e significativa na abrangência do conhecimento e na construção deles, permite que a criança se torne cidadã deste mundo, tornando-se autônoma, ou capaz de pensar por conta própria, sabendo resolver problemas e compreendendo um mundo que exige diferentes conhecimentos e habilidades.

Como facilitador da aprendizagem deve ser uma atividade planejada e estruturada. A ludicidade na realidade pesquisada é relacionada com o espaço físico e com materiais diversos para sua operacionalização, não se tem a visão do brincar para criar e recriar num processo em que a criança não é obrigada e nem forçada a brincar disto ou daquilo, no qual deva ser apenas estimulada a conhecer ou a ter um novo olhar sobre o brincar. Através do lúdico se tem o primeiro sentido contrário a formalização e sistematização do saber da escola, a criança deve ter autonomia para escolher o que e como brincar.

Quanto às dificuldades salienta-se nesta realidade a falta de espaço esquecendo-se que hoje, as atividades lúdicas devem sempre trazer algo novo para aguçar a criatividade e curiosidade das crianças, deve-se instigar a brincar, mas nunca obrigar.

Nas atividades lúdicas, os professores devem ser expectadores, pois, quando as crianças decidem brincar do jeito delas e sem outra orientação ou intervenção, elas reproduzem o seu mundo e expõem seus sonhos, em especial, quando se trata de uma brincadeira sem regras. Muitas vezes, não se deve ter rotina, as crianças são livres para escolherem o que quiserem brincar como quiserem, a única determinação é que o espaço se mantenha organizado depois da brincadeira.

Quanto à contribuição do Serviço Social no campo da educação é que ele executa, participa, orienta e constrói com todos os usuários que estão inseridos no processo educativo, norteado pela política educacional, com proposições e ações voltadas para a qualificação contínua dos educadores, para que se garantam uma educação de qualidade, como direito de toda criança. É uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, para atender as demandas tradicionais e emergentes da sociedade. A prática profissional também é orientada pelos princípios e direitos firmados na Constituição Federal de 1988 e na legislação complementar referente às políticas sociais e aos direitos da população, além de respeitados o Código de Ética Profissional.

A pesquisa traz uma grande contribuição para o âmbito educacional no que diz respeito ao fator lúdico no desenvolvimento da criança, pode-se analisar através de vários autores que o lúdico tem sido estudado e indicado como fundamental importância para o desenvolvimento da criança.

Percebe-se que o lúdico deve ser levado para a sala e para os demais espaços da instituição, portanto, a hipótese sugerida que: a importância do lúdico na educação infantil está no fato de ser um instrumento de aprendizagem que poderia oferecer às crianças descobrimentos, habilidades, estimular a sua curiosidade, ajuda na autoestima, na coordenação motora, além de levar ao desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção. Sendo assim, tais condições são voltadas às ações educativas, ações pedagógicas de forma agradável e eficaz proporcionando velocidade no processo de mudança de comportamento e aquisição de novos conhecimentos, vem se confirmar parcialmente, pois o concebem numa visão não tão ampliada.

Já o trabalho do Serviço Social na educação infantil, voltado para identificar e atender as demandas provenientes da questão social que perpassa o cotidiano do campo educacional, vem conquistando o seu espaço juntamente com a realidade educacional, por meio de implantação de monitoramentos, avaliações e coordenação de projetos sociais, se comprova uma vez que reconhecem ser um trabalho de mediação ente família e comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.**2003.Disponível em:<www.cressmg.org.br/textos/>. Acesso em: 1º jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular para a Educação Infantil: Brincar.** Brasília: MEC / SEF, 1998. Documento Introdutório.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23/12/1996, p. 27. 833. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em 10/07/2013.

BRESSAN, C. R. **Serviço Social na Educação**. Brasília, CFSS, 2001.

BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BRZEZINSKI, I. **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BUSTAMANTE, Glênio Oliveira. Por uma vivência escolar lúdica. In: SCHWARTZ, Gisele Maria (org.). **Dinâmica Lúdica: novos olhares**. São Paulo: Manole, 2004.

BRUNER, J. **Acts of mening**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

CHÂTEAU, J. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005,

DESIDERATI, Léa Maria Furtado. **A presença ou não do lúdico nas classes de alfabetização**. (Resumo). Disponível em <www.nuteses.ufu.br> 1999. Acesso em julho, 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MYNAIO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001.

GAYOTTO, M. L. C. **Creches**: desafios e contradições da criação coletiva da criança pequena. São Paulo: Ícone, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1997.

GONÇALVES, R. A. (org). **Luzes e Sombras sobre a Colônia** – Educação e Casamento na São Paulo do século XVIII. nº 3. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP-Departamento de História, 1998.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOBSBAWM, E. J - **A era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Cia. das letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social** – Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez editora, 1992.

LEITE FILHO, Aristeo. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, Regina Leite; LEITE FILHO, Aristeo (Org.) In: **Em defesa de uma educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. **A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2013.

LIMA, Lauro de Oliveira, **Estórias da Educação no Brasil**: de Pombal a Passarinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1974.

MACEDO, L. Psicopedagogia Construtivista. In: Alencar, E.S de (Org.) **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. 2. Ed. São Paulo. Cortez, 1992.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heróico**.(1549-1570). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

MONLEVADE, J. A.; SILVA, M. A. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília: Idea, 2000.

MOYA, I. **O brinquedo como expressão da cultura**. In *Anais do I Congresso Brasileiro: O Brinquedo na Educação*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1988.

OLIVEIRA, V. R. Política de assistência social no Brasil. Revista **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 31, 1989.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratando de metodologia científica: projeto de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

OLIVEIRA, Silvio Luis de. **Tratando de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira Thomason Learning, 2002.

PEREIRA, Flávia Roberta dos Santos; SANTOS, Litza Pereira; AMORIM, Karen Santos and PACHECO, Lílian Miranda Bastos. **O tema jogo infantil no periódico *Pro-Posições***. *Psicol. Esc. Educ.*[online]. 2009, vol.13, n. 1.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Tradução de Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1964.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Ática,1996.

PRADO, P. D. **As crianças pequeninhas produzem cultura? Considerações sobre educação e cultura infantil em creche**. *Pro Posições*, 10(1), 110-118. 1999.

RIZZI, L.; HAYDT, R. C. **Atividades lúdicas na educação da criança**. São Paulo: Ática, 1998.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SALATA, Carmen Pardo. Concepções contemporâneas da Educação, escola e sistema escolar. In: **Recortes Temáticos: nossas reflexões nos 20 anos do curso de Serviço Social**. Marli Renate von Borstel Roesler, (org) ed. EDUNIOESTE, Cascavel, 2007.

SANTOS, André Michel dos. **A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social: Trabalhando com grupos**. UNIFRA, 2005

SAVIANI, Dermeval. A Nova Lei da Educação: LDB trajetória, limites e perspectivas. 10ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 5-6

SISHIROLLO, Lívio. **Dialética**. Tradução de Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença, 1980.

SOARES, S. **Fontes para a educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2003. 202 p.

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em Debate. **Interface**, Rio Grande do Norte, vol. 2 n. 1. Jan 2005. Disponível em: < <http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/interface/article/viewFile/179/159> > Acesso em: 07 de junho 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas infantis**. *Educ. Pesqui.* [online]. 2001.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L S, NORONHA, O. M. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994. 62 p.